



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1979.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 201/79, do Senhor Altamiro Domingos Castilho, Presidente da Câmara Municipal do Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, comunicando aprovação do requerimento de autoria do Senhor Vereador Wilson Pires Achutti, no qual solicita apoio deste Poder, no sentido de que os benefícios previstos nas letras "c" e "d", do artigo 197 da Constituição do Brasil, sejam estendidos, também aos Militares acima delineados, porque achamos ser um ato de justiça e reconhecimento, ao importante trabalho por eles desenvolvidos em Território Nacional. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 034/79, do Senhor Peri Backer Bueno, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, comunicando aos Senhores Parlamentares, que foi aprovada moção de solidariedade à Emenda Benevides, por considerar que a nomeação de Prefeitos nas ditas áreas de segurança nacional, não pode coexistir com a volta ao exercício pleno da democracia. Solicita, outrossim, a este Poder, manifestação favorável àquele tão oportuna Emenda Constitucional, uma vez que, se aprovada, ensinará a população das fronteiras, o retorno ao direito de escolherem livremente seus Prefeitos. — **Ao conhecimento da Casa.**

Telegrama:

Nos seguintes termos: APELANDO A SUA EXCIA VG PARA INTERFERIR JUNTO AO CNP NO SENTIDO DE SER REVOGADA A PORTARIA Nº 81/79 VG 02/03/79 VG QUE REDUZIU A COTA DE OLEO DIESEL PARA UBIRATAN

VG QUE ERA EM MARÇO DO ANO PASSADO 548 MIL LITROS ET ESTE ANO FICOU REDUZIDO A 345 MIL LITROS VG O QUE ESTÁ CAUSANDO SERIOS PROBLEMAS NA LAVOURA VG QUE ESTÁ COM SEUS MAQUINÁRIOS PARADOS VG ET PREJUDICANDO O TRANSPORTE DE CEREAIS PARA OS ESTADOS CONSUMIDORES PELA FALTA DO REFERIDO OLEO PT JOSEH ARCI BUENO DE CASTRO — PRESIDENTE — UBIRATAN-PR. — **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Para efeitos de formação da COMISSÃO ESPECIAL que observará as reivindicações estudantis a serem pleiteadas amanhã, indicamos os seguintes Srs. Deputados:

EZEQUIAS LOSSO,
AIRTON CORDEIRO,
LEÔNIDAS CHAVES,
TUGUIO SETOGUTTE.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO — Líder da ARENA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Para efeitos da formação da COMISSÃO ESPECIAL que observará as reivindicações estudantis a serem pleiteadas amanhã, indicamos os seguintes Srs. Deputados:

NELTON FRIEDRICH,
NESTOR BAPTISTA,
MÁRIO CELSO CUNHA,
ADALBERTO DAROS.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 20/79, oriundo de Mensagem Governamental, a fim de estabelecer dispositivos que objetivam aparelhar e agilizar os trabalhos da Justiça Paranaense, face às últimas alterações havidas com a nova Lei Orgânica da Magistratura, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ARMANDO JOST, Assessor de Gabinete da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de suas atribuições legais, combinando o Artigo 16 da Constituição Esta-

dual com o artigo 34 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de voto de congratulações ao Prefeito Municipal, Sr. JACY SCANAGATA, e aos Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel, pela feliz e brilhante iniciativa pela criação da CODEVEL - Companhia de Desenvolvimento de Cascavel.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de aplauso e de confiança ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ney Braga, e aos Excelentíssimos Senhores Secretários da Educação e de Recursos Humanos, Professor Edson Machado e Professor Segismundo Morgesten, respectivamente, pela iniciativa humana, oportuna e legal, que vem adotar na área do Magistério Oficial do Paraná, dando oportunidade aos mestres habilitados no último concurso de promoção e compelidos a assumirem suas cadeiras em escolas diversas e distantes do seu domicílio familiar de retornarem, mediante requerimento dirigido às Inspetorias Regionais de Ensino, às suas lotações de origem.

Requer outrossim, seja do presente, dado conhecimento integral às autoridades acima citadas, e à Associação dos Professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O concurso de promoção realizado pelo Governo do Estado, a par das celeumas que gerou, acarretou grandes problemas para os mestres que a ele se submeteram e ao próprio sistema educacional do Estado.

Pela classificação, os Professores escolheram vagas previamente determinadas pelos órgãos da administração e, na maioria das vezes, em locais distantes da sua lotação originária, em flagrante distorção do próprio instituto da Promoção, previsto no Estatuto do Magistério e na legislação pertinente à espécie. O deslocamento desordenado de centenas de Professores, a par das incalculáveis dificuldades geradas no seio da família de cada um, ocasionaria grave problema social pela ocupação de lugares e aulas atribuídas a Professores Suplementaristas que há anos vinham exercendo suas funções. Por isso, as reclamações foram inúmeras e os protestos variados. A Associação dos Professores do Paraná, órgão de representação da classe, entrou em campo e pleiteou o saneamento da medida. Seu apelo foi ouvido e os Professores foram atendidos.

O Governador Ney Braga, inteirado dos problemas e das dificuldades porque passavam os mestres, determinou solução imediata para o caso. Os Secretários da Educação e de Recursos Humanos, com presteza e diligência, imediatamente acionaram seus técnicos e assessores e puseram fim à angústia e à triste expectativa dos Professores.

Vemos nessa atitude dos homens do Governo, a comprovação cabal da sensibilidade para com os problemas de ensino e, o que é mais importante, o desejo evidenciado de implementar uma política humana e justa para o setor pessoal da área educacional, testemunhando a certeza de que o Governo Ney Braga marcará uma nova etapa histórica do ensino deste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um voto de regozijo, aos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, pela posição conciliatória adotada, retornando ao trabalho, após o conflito de in-

teresses havidos entre empregados e empregadores.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO e

AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Nesta hora em que diversos comandos populacionais do Brasil, estão a reclamar maior entendimento entre tantos quantos têm responsabilidades na condição de assuntos de interesse da Nação, os trabalhadores metalúrgicos, sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, deram ao país um marcante exemplo de vontade pura de reconciliação.

Pela via de negociação, atendendo a aspirações legítimas, os trabalhadores de São Bernardo e Diadema, acabam de dar uma lição aos que buscam pela intransigência a força de pessoas para o atingimento de objetivos de toda ordem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Almeida Neto, DD. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja alertada a firma empreiteira da obra de pavimentação asfáltica da Estrada PR-151, Palmeira - Ponta Grossa, no trecho Rio Tibagi - Canhu, sobre a morosidade como vem sendo executado esse serviço, como também, seja exercida fiscalização quanto às condições técnicas na execução da obra que, segundo consta, não está atendendo aos mínimos requisitos, sendo, pois, de inferior qualidade.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Doutor RENATO MEISTER, Diretor Regional da Rede Ferroviária Federal, Rua João Negrão, 940 - 1.º andar, do expediente da Câmara Municipal de Maringá, em anexo, no sentido de ser implantado o sistema de litorina, no trecho compreendido entre Maringá - Londrina ou Cianorte - Londrina.

Realmente, Senhor Presidente, o tráfego de passageiros entre Cianorte e Londrina, vem aumentando de maneira acentuada e, tendo em vista o programa de racionalização do consumo de gasolina, nada mais justo do que atender à solicitação da Câmara Municipal de Maringá, em benefício da grande massa de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É uma verdade comprovável facilmente: governantes e legisladores, federais ou estaduais, alcançado que seja o termo de seus mandatos, usufruem do privilégio de amparo financeiro.

As próprias Cartas - Magna e Estadual - facultam essa constatação, com relação a Presidentes e Governadores, outro tanto ocorrendo com leis ordinárias e resoluções legislativas que consignam benefício semelhante para senadores, deputados federais e deputados estaduais, respeitadas as esferas de competência.

Fluindo direta ou indiretamente dos cofres públicos, através dos órgãos fazendários governamentais ou das Tesourarias das Casas Legislativas, ou ainda, mediante subvenções a entidades especializadas, a realidade é que Chefes de Governo, da República ou das unidades federativas, congressistas e deputados estaduais, encerradas suas trajetórias, quase sem

exceção são amparados com recursos do erário.

As viúvas e filhos se transferem tais benefícios, por morte do titular.

Entendendo justo e cabível que assim ocorra, resta estranhar, apenas, que das mesmas vantagens não se socorra a área municipal, isto é, Prefeitos e Vereadores e, por sua morte, viúvas e filhos.

Como não compete a esta Casa determinar às Comunas como proceder no particular, cabe propor à Mesa, com audiência da Casa, a seguinte sugestão às Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Paraná, no sentido de que estudem isoladamente, em grupos ou como um todo, a criação de entidades previdenciárias incumbidas de ministrar amparo financeiro à Prefeitos e Vereadores ao encerramento de seus mandatos, bem como, por morte, a viúvas e filhos, e que após a aprovação da presente, sejam encaminhadas cópias da mesma para todas as Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(a) Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está finda a leitura do expediente.

Na forma da Resolução 23/64, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O abuso da força, em qualquer época da história da humanidade, teve sempre ao seu lado a cumplicidade da mentira. Mas não é de hoje que os reis ficam nus. Salazar e Franco nunca acreditaram que seus regimes seriam derrubados. A história de todos os regimes de exceção ensinam a mesma lição.

Aos quinze anos do movimento militar que impôs ao país um regime de força, a mentira já não ilude a grande maioria que constitui a Nação. O fenômeno mais notável do cenário político brasileiro de hoje é a nova e a ampla politização do povo.

O REI ESTÁ NU — Senhores Deputados. Mesmo que ainda tenha súditos que procuram ver e alardear a belaroupagem de honestidade e a fantasia das boas intenções.

Hoje, não há milagre estatístico que possa esconder as ilhas de fortuna e bem-estar num oceano de miséria no qual foi transformado o país. Ninguém mais pode apontar essa exteriorização de progresso, essa ostentação de riqueza em poucas mãos ou o conjunto de obras faraônicas como provas de vantagem ofertadas por este período trágico da vida nacional.

Os olhos do povo iniciaram o balanço real dos danos e perdas irreversíveis que resultaram do arbítrio e da irracionalidade. Emerge da obscuridade imposta pela censura e pela repressão o Brasil do qual faz parte 80 por cento da população. O Brasil de operários que pedem melhores salários e liberdade de organização sindical. Do bóia-fria que pede reforma agrária, do pequeno produtor rural vilipendiado, da massa de trabalhadores urbanos que exige melhores condições de existência. Do pequeno e médio empresários sufocados pelos monopólios.

Este Brasil não está em festa. Quem festeja mais um ano de sobrevivência do regime são as multinacionais, o sistema financeiro, os latifundiários, os tecnocratas, as minorias respaldadas pela força.

Nessa festa não faltarão discursos ufanistas a celebrar os feitos dos poderosos, em linguagem que soará, mais uma vez, como a voz do sarcasmo e do deboche sobre a situação em que vive a maioria dos brasileiros.

Para nós, do MDB, a realidade não é de festa porque não há fartura. Os brasileiros que viemos representar neste Parlamento não têm razões para ufanismos. São os setenta e cinco por cento que trabalham e recebem menos de dois salários mínimos e por isso vivem em extrema precariedade. São a massa de bóias-frias sem terra, explorados em seu trabalho. São os pequenos produtores que caminham para o mesmo

futuro.

Um arauto da mentira afirmou certa vez que o país só poderia se desenvolver se o bolo pudesse crescer o bastante para então ser repartido. Hoje, sabemos que pouco sobrá depois que as multinacionais terminarem o motim. Especialistas constataram que o Brasil dispõe de recursos naturais para alimentar oitocentos milhões de habitantes. No entanto, oitenta milhões de brasileiros padecem de fome e desnutrição.

Deste lado, o sabor do chamado milagre brasileiro é amargo. Em 1964, os cinquenta por cento mais pobres da população dispunham de dezessete por cento da renda nacional. Hoje, eles dispõem de apenas dez por cento. Houve, portanto, um terrível empobrecimento do povo. E foi acompanhado por um extraordinário enriquecimento das minorias que festejam. Os cinco por cento mais ricos do país, naquela época, detinham vinte e sete por cento da totalidade da renda. Neste momento, detém quarenta por cento.

Como foi possível que tão poucos tirassem tanto de muitos? O segredo está nas páginas de todos os jornais e revistas desta semana. A repressão sobre os trabalhadores que exigem salários justos e condizentes com as suas necessidades mínimas. Não há multinacional neste país que não esteja grata ao trabalho eficiente da polícia que obrigou os metalúrgicos do ABCD a voltarem ao trabalho por salários aviltados.

O Brasil que não é mostrado nos relatórios de governo tem um dos índices mais altos do mundo de mortalidade infantil. Cinquenta por cento dos que morrem são crianças menores de quatro anos. Nos últimos cinco anos, cerca de dois milhões de crianças morreram por causas evitáveis associadas à desnutrição. Enquanto a grande maioria da população for obrigada a sobreviver com salários que não correspondem às suas necessidades mínimas de alimentação, habitação e higiene, seremos um povo doente, entre os primeiros nas estatísticas mundiais de mortalidade.

Quem se beneficiou de tanta miséria e degradação?

Não é difícil de apontar. O setor da economia que mais floresceu no período de 1964 até nossos dias foi o grande capital monopolista, baseado nas multinacionais. E mais, floresceu com o apoio econômico e político do poder estatal. Daí as distorções econômicas e políticas de que padece o poder estatal no país, divorciando-se o Estado da sociedade civil. O poder estatal comprometido completamente com os interesses das multinacionais, deixou indefesos os grupos e classes sociais subalternas que pouco puderam fazer, face ao poder exacerbado do capital monopolista estrangeiro que aqui se instalou.

Como se vê, a absoluta maioria dos brasileiros não tem motivos de regozijos. Pelo contrário, tem é que chorar os seus mortos. Os que foram eliminados, os que sofreram torturas, os que foram banidos da pátria, os que tiveram seus mandatos populares cassados porque acreditavam que esta realidade deveria mudar e ela só poderia alcançar um grau elevado de justiça quando o povo tivesse conquistado novamente o direito de participar das decisões sobre todas as questões da vida nacional.

Ninguém mais duvida que chegamos a um impasse. O colapso de um esquema monetarista, tecnocrático, contrário aos legítimos interesses da Nação é evidente. E o novo Governo emanado do movimento militar de 1964, já nos permite supor e temer, a esta altura, que seu governo não venha a ter condições de discrepar dos anteriores e se manterá prioritariamente voltado para a defesa dos setores sociais que engendraram o regime. A repressão policial à greve dos metalúrgicos nos dá essa certeza. Mas agora, o regime enfrenta as próprias contradições que criou.

A crescente hipertrofia do Poder Executivo, pouco a pouco alienou a maior parte da sociedade. Ao investir-se de poder para governar por meios de atos institucionais, atos complementares, decretos, portarias, salvaguardas, os Governos resultantes da deposição do Presidente João Goulart, iniciaram

um novo ciclo de contradições no país.

Colocaram o Estado por sobre toda a sociedade civil, conferindo-se um poder político praticamente absoluto sobre os cidadãos, os grupos e as classes sociais, nas cidades e no campo.

Deliberadamente tomaram a sociedade civil como incapaz de autogovernar-se e assim criaram as condições políticas do progressivo divórcio entre o Estado e a sociedade civil.

Mas há um dado novo. O povo está perdendo o medo. Abandonou o fatalismo e a resignação. A concentração da renda e o pauperismo são lições que os amplos setores dos assalariados urbanos e rurais não precisam aprender nos escritos, são lições de seu cotidiano. Tanta é a insatisfação popular, que fez surgir esta frente democrática, de grandes proporções. O modo pelo qual o país tem sido governado, provocou uma espécie de união espontânea, tácita ou ostensiva, de amplos contingentes da população brasileira. Inclusive setores das "classes produtoras", patronais, começaram a percorrer o caminho de volta, repensar a democracia, pensar na redemocratização.

FOI O POVO QUE DESCOBRIU QUE O REI ESTÁ NU. E passou a dizer QUE NÃO ESTÁ DE ACORDO com a forma pela qual o Governo está decidindo sobre questões básicas da vida nacional. Pressiona pelo estabelecimento de um novo pacto social que inclua os pressupostos da vida democrática, COM A ESPERANÇA DE QUE LOGO SE ENCERRE ESTE PERÍODO DA HISTÓRIA DO BRASIL, marcado pela violência contra os desfavorecidos para fazer crescer a riqueza de poucos. Deste lado, vivemos esta esperança alicerçada nas manifestações que a sociedade nos dá. Nós, do MDB, temos certeza de que a vitória popular pela democracia iniciará uma nova época de justiça social que poderá levar o país a retomar o caminho da legalidade, do Estado do Direito."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Registramos com satisfação, a presença em nosso plenário, do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues.

De acordo com a Resolução 23/69, em que comemoramos a data de 31 de março, concedo a palavra ao Deputado João Mansur, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. JOÃO MANSUR — Senhor, Presidente, Senhores Deputados.

(**Lê**): "Incumbiu-me a liderança do meu partido a cumprir a determinação regimental de discorrer sobre datas que marcam a nossa História.

Inegavelmente, 31 de março, é uma balisa na vida da Nação Brasileira. Teve seus percalços. Teve suas vitórias. Teve seus altos. Teve seus baixos. Mas, é um marco em nossa trajetória política e administrativa, que ninguém pode negar.

Não é intenção minha fazer apologia, mas sim fazer uma reflexão nesta hora em que a Nação inteira, tendo à frente o Presidente da República JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, volta-se para a retomada democrática.

É hora dos políticos. Foram os políticos que fizeram deflagrar o movimento de março de 1964. Foram eles que conclamaram a mulher brasileira sair à rua, e rezar para que o país não fosse lançado no lamaçal de subversão e para que a corrupção não campeasse ao léu da sorte.

Para que a falta de respeito às autoridades constituídas, para que a agitação que campeava de Norte a Sul do País, e o Grupo dos 11 que a pretexto de movimentos reivindicatórios vinham saqueando, levando a intranquilidade aos homens do campo, tivessem um paradeiro.

Foi a mulher brasileira em peregrinação de oração; foi o bravo soldado que só nas horas de ameaça à segurança, à paz e à tranquilidade do operoso povo brasileiro, abandona a caserna; foram as forças armadas que empunharam a bandeira do banimento do binômio subversão e corrupção; foi o brasileiro que

aplaudiu o retorno da ordem e segurança.

São passados 15 anos. As conquistas não foram pequenas em obras. Os frutos, apesar dos óbices que afetaram até as maiores potências desta aldeia terrestre", só não vêem os míopes de paixão facciosa, os extremistas", como afirma o Presidente FIGUEIREDO.

É hora dos políticos. Eles foram os mais atingidos. Muitos pagaram caro. Muitos sofreram injustiças. Todos nós que militamos nos dois partidos, sentimos o esvaziamento do Poder Legislativo, em favor do Executivo que se agigantou, especialmente no que tange a matéria financeira.

Como político foi o mais atingido, julgo o posicionamento posto pelo Presidente FIGUEIREDO e já iniciado pelo ex-Presidente GEISEL, cuja meta de democratização gradual levou ao termo prometido, extinguindo os atos de excepcionalidade, que é "hora do político" é um grande prestigiamento para nós que buscamos junto ao povo a nossa representatividade.

Foi o político, o mais atingido, em 1964, deve agora, 15 anos depois, ser o político o "arco e a flexa" da meta redemocratizante. O Presidente da República confia nos homens públicos e no político brasileiro. Certamente nestes 15 anos, tanto nós que militamos na ARENA, quanto os homens que militam na Oposição, houve amadurecimento. Todos no meu entendimento estão aptos a trazer a mais valiosa das colaborações para que possamos chegar à democracia plena e mais a uma democracia eminentemente nossa. Cabe, portanto a nós, políticos, responder à altura da convocação.

É hora de grave responsabilidade, pois a obra realizada pela Revolução de 1964, aí está. Pois ninguém quer a estagnação, o imobilismo, mas sim prosseguir na campanha das reformas almejadas pelo povo que não quer outra coisa a não ser ordem, tranquilidade, paz, segurança e estabilidade política. Melhor distribuição de renda, com a participação de todos no esforço nacional, para alcançar os objetivos de toda a Nação Brasileira. Por isso não serão argumentos demagógicos que nos levarão a um clima de consolidação política, econômica e social do País.

É também hora de trabalho. Trabalho de todos. Nas tarefas mais importantes, como nas mais corriqueiras. Não podemos parar.

O desenvolvimento do Brasil, segundo definição do Presidente FIGUEIREDO, "é um estado de espírito" voltado para a ordenação e para o aperfeiçoamento de uma sociedade, embasada em princípios cristãos, na dignificação da pessoa humana, de igualdade de oportunidades e da moralidade de costumes.

É hora de trabalho de todos os filhos que desejam bem esta terra, é a meta que devemos perseguir tenazmente. Trabalho que não significa apenas dedicação às tarefas que nos propiciam o sustento, mas igualmente aquele que cada um deve atribuir à Pátria. Esse trabalho é o trabalho do homem do campo, é do intelectual que com sua inteligência deve trazer subsídios ao aperfeiçoamento do sistema e da democracia, é o trabalho do estudante que nos bancos escolares se aperfeiçoa, para amanhã gerir os destinos da gente brasileira.

Esta conclamação alcança a nós que pertencemos à geração anterior a 1964 e aqueles que nasceram sob a sombra da Revolução.

Este trabalho não é fácil, porque requer não só o espírito de abnegação, não só renúncia pessoal, mas antes de tudo espírito de brasilidade, amor a esta terra, amor às nossas tradições sagradas.

É ainda hora de conciliação e compreensão. Passam-se 15 anos. Foram anos de dificuldades. Algumas nossas, outras geradas no exterior, como é o fator petróleo, que afetou o globo.

Nossos problemas internos, nós os sentimos, pois em muitos casos não bastou o simples lenitivo, mas teve que ser usado o bisturi.

Muitas cabeças rolaram, muitos co-irmãos foram atingi-

dos em seus direitos. Alguns pagaram justamente, porque não podemos considerá-los bons brasileiros, mas houve também aqueles que a exemplo das letras Sagradas "pagaram pelos injustos".

Chegou a hora da conciliação. Chegou o momento de compreensão entre os homens de boa vontade.

Nesta hora em que o país começa a caminhar a passos largos para a redemocratização, neste momento em que já não estamos mais sob o império do Ato Institucional, que, qual uma espada pendia principalmente sobre nós os políticos, nesta hora em que os mais altos escalões da Pátria mostram-se imbuídos dos mais elevados propósitos de reconduzir a nau Nacional para caminhos democráticos, reflitamos com as vistas voltadas para o futuro.

A Revolução é, afirma o Presidente FIGUEIREDO. Não se trata apenas de um fato passageiro. Não se trata apenas de um evento atirado às calendas gregas. Ela persiste. Ela continua. Ela é.

Suas conquistas perduram. Sua obra já faz parte da História pátria. É a aposentadoria do homem do campo, é a central de medicamentos, é a casa própria, embora ainda deficitária, mas é uma realidade, é a ordem, é a segurança em que caminha o país, é a paz, é a tranqüilidade, é maior a oportunidade de trabalho. É a respeitabilidade ao Brasil, que hoje já senta na mesa dos grandes debates, ao lado das maiores potências do mundo.

Houve e há falhas. Como houveram em todos os movimentos semelhantes no mundo inteiro. Todavia, tudo o que é humano é eivado de imperfeição. Portanto, após 15 anos, onde todos tiveram oportunidade de estudar, de analisar, de meditar sobre os acertos e desacertos, o País está amadurecido para enveredar pelos caminhos.

Esta é a reflexão que desejo registrar nesta sessão que antecede a data de 31 de março, marco que emoldurou a vida pública, política, social e econômica desta grande Nação.

Nutro esperança que não deixaremos passar esta oportunidade.

A nossa contribuição, certamente, terá um peso ponderável no aperfeiçoamento das nossas instituições, do nosso regime, da nossa democracia. Mantemos a nossa firme posição que "a Revolução é e não apenas está", porque a entendemos uma afirmação. A partir dela e embasados nos dois pontos que a desencadearam e que sempre permanecem atuais: a luta contra a subversão da ordem e contra a corrupção.

Se eles não foram plenamente atingidos, sob a nova égide que começa a soprar sobre este País, os objetivos serão alcançados.

Se DEUS quiser.

Muito obrigado."

Era, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a manifestação que desejávamos fazer neste instante, atendendo solicitação da Liderança do meu Partido, para proclamar ao Brasil inteiro, a passagem de mais um aniversário da Revolução de 64. Revolução esta, contestada por alguns, mas elogiada pela maioria do povo brasileiro, que ainda sente na carne a intranqüilidade e a desordem que reinava neste País, antes de 64.

E como dissemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no nosso pronunciamento, reconhecemos que houve falhas, que houve erros, mas é forçoso reconhecer como um direito de justiça, os grandes benefícios que a Revolução de 64 trouxe à nossa Pátria, ao Brasil e principalmente, aos nossos dirigentes, que quando se dirigiam ao Exterior, iam de chapéu na mão, a pedir e a mendigar. E hoje, graças a Deus, decorridos 15 anos de desenvolvimento, os homens responsáveis por esta Nação, já sentam na mesa das grandes decisões ao lado das maiores potências do mundo, porque hoje o Brasil é conhecido, o Brasil é respeitado em todo o mundo.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada

a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 180/77, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista ROBERTO MARINHO. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 180/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista ROBERTO MARINHO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso - Presidente

Augusto Carneiro - Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 77/78, que denomina Posto de Fiscalização ARIIVALDO HUERGO, a unidade do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças, localizada em Rondinha, Município de Paula Freitas. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 77/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Passa a denominar-se Posto de Fiscalização ARIIVALDO HUERGO, a unidade do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças, localizada em Rondinha, Município de Paula Freitas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso - Presidente

Augusto Carneiro - Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 85/78, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Professor Doutor MILTON MIRÓ VERNALHA. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 85/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Professor Doutor MILTON MIRÓ VERNALHA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso - Presidente

Augusto Carneiro - Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 110/78, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EIKI-CHI HORIBE. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 110/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EIKI-CHI HORIBE.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso - Presidente

Augusto Carneiro - Relator

O SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Somente para obter uma informação de V. Ex.^a sobre o autor da matéria ora focalizada.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa que é do ex-Deputado Estadual Jorge Sato. — Em votação. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 112/78, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Goioerê, com sede e foro na cidade de Goioerê. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 112/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos de Goioerê", com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso — Presidente

Augusto Carneiro — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 142/78, que declara de utilidade pública a "Creche e Jardim de Infância - Servas Franciscanas do Bom Pastor", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 142/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Creche e Jardim de Infância - Servas Franciscanas do Bom Pastor", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso — Presidente

Augusto Carneiro — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 166/78, que autoriza o Poder Executivo doar à Ordem dos Pregadores (Província Dominicana "Utriusque Lombardiae") áreas de terreno que especifica, situadas no Bairro do Tarumã, nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 193/78, que cria no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede e divisas que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 193/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

— inicia na foz do Ribeirão Azul no Rio Cantu, sobe por este Ribeirão até a foz do Ribeirão do Veado, subindo este por sua margem esquerda até encontrar a foz do Sangra Burro Preto, sobe por esta Sangra até a divisa das Glebas 08 e 10 (segunda parte), linha de divisa interdistrital Campina da Lagoa/Herveira, daí em linha seca rumo ao Sul, até o marco do monjo-

leiro do Rio Caratua, daí segue pela margem direita do Rio Caratua até sua foz no Rio Cantu, seguindo pela sua margem direita, até a foz do Ribeirão Azul, ponto inicial de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso — Presidente

Augusto Carneiro — Relator

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, líder da ARENA, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para comporem a Comissão Especial, que observará as reivindicações estudantis a serem pleiteadas. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial, que observará as reivindicações estudantis. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Jost, Assessor de Gabinete da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguacu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 20/79. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, eu informalmente havia solicitado a V. Ex.^a que a Mesa só acatasse esse tipo de requerimento, dando o enunciado do projeto, porque a Casa fica totalmente desinformada se constar só o número.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa informa que este requerimento, a Presidência está lendo apenas a súmula. Este requerimento já foi devidamente anunciado pelo Sr. 1.º Secretário. Mas atendo V. Ex.^a e lerei o texto do requerimento.

(**É procedida a leitura do requerimento**).

Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Plugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo à Câmara Municipal de São Paulo, pela decisão de ter derrubado o veto do Sr. Prefeito Municipal, o projeto de lei, que denominava uma das ruas da Capital paulista de Wladimir Herzog. — **Rejeitado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Presidência defere o requerimento e vai proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, queiram permanecer como estão. — (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram permanecer como estão. — (**Pausa**).

15 Srs. Deputados aprovam; 24 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Agricultura e Diretor do DNER, sugerindo a plantação de pinheiros araucarianos ou "angustifolia nativa", às margens das Rodovias BR-277. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, cons-

tante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências para a urgente construção da nova Delegacia de Polícia do Município de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo estudos no sentido de estabelecer um esquema de policiamento junto aos estabelecimentos de ensino da Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine ao órgão competente a aquisição de um telefone destinado ao Serviço de Saúde e Higiene Escolar em Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de sustar a construção da barragem do Miringuava e construir prioritariamente as do Iraí e Piraquara II. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Saúde, em forma de apelo visando estudos e análises do produto farmacêutico Clofibrate, remédio maléfico que está proibido na Alemanha, mas que é vendido normalmente no Brasil. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à CACEX, Ministério da Fazenda e Ministério da Agricultura, liberação das exportações de farelo de soja. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz, Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio à Emenda Constitucional apresentada pelo Senador Mauro Benevides, que restabelece eleições nas Capitais dos Estados. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de confiança e aplauso ao Sr. Governador do Estado e Srs. Secretários da Educação e Recursos Humanos, por medidas recentemente adotadas na área do Magistério Oficial do Estado. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, tendo em vista a morosidade como vem sendo executado o asfaltamento da Estrada PR-151 — Palmeira-Ponta Grossa. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Regional da Rede Ferroviária Federal, encaminhado solicitação da Câmara Municipal de Maringá, no sentido de ser implantado o sistema de litorina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cneriegate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Cascavel, e aos Vereadores da Câmara pela feliz e brilhante iniciativa pela criação da CODEVEL. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente às Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado, no sentido de que seja estudado a criação de entidades previdenciárias incumbidas de ministrar amparo financeiro à prefeitos e vereadores ao encerramento de seus mandatos e outros benefícios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos metalúrgicos de São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo, pela sua luta constante por melhores salários. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Para discutir**). — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Quando a Mesa recusou-se a receber o requerimento que ora estamos apreciando, a Liderança da Arena, nesta Casa, deixou questão aberta porquanto entendia que não se tratava do mesmo requerimento anteriormente rejeitado pela Casa.

No primeiro requerimento, pretendia-se um voto de solidariedade à greve dos metalúrgicos, declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

E nesse requerimento que ora estamos apreciando, solicita-se um voto de solidariedade da Casa aos movimentos reivindicatórios dos metalúrgicos por melhores salários. Matéria, como se vê, diversa. Por isso, foi declarada questão aberta e Vossa Excelência submetendo a matéria ao Plenário, houve por bem acolher o requerimento.

Mas, hoje, esse requerimento está superado. Sem validade, Sr. Presidente. Porque devemos transformar esse requerimento — e já existe um no mesmo teor, de autoria dos nobres Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro — em voto de aplauso aos metalúrgicos porque obtiveram uma vitória efetivamente. Já retornaram ao trabalho. Portanto, vamos votar contra esse requerimento, não no seu conteúdo mas por inoportuno e por superado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Continua em discussão.

O SR. DARCY DEITOS (**Para discutir**). — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O requerimento que apresentamos à Casa, na última sexta-feira, e que por sucessivas manobras da honrada bancada da ARENA, teve sua discussão adiada e, infelizmente, esperou-se a conclusão, o desfecho, da greve dos metalúrgicos, em São Paulo, para que fosse submetido à apreciação da Casa, na sessão de hoje, é atualíssimo.

Mas, evidentemente que esse requerimento não é superado, porque é um voto de solidariedade pela luta dos metalúrgicos de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, que são vitoriosos nessa luta por melhores salários. Encurralaram o capital multinacional deste País. Fizeram uma reivindicação justa, decente, dentro da legalidade, e foram vitoriosos

porque permaneceram em greve por quase 15 dias.

Então, o requerimento de minha autoria, mais do que nunca, está atualizado. Creio que esta Casa e a nobre bancada da ARENA deveria votar favorável, porque é uma causa justa dos trabalhadores brasileiros, principalmente dos trabalhadores de São Paulo que derrotaram o capital imperialista que massacra esta Nação.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disse bem o Líder de nossa bancada quando argüiu a tempestividade do requerimento que se discute presentemente.

Tivemos, o Deputado Augusto Carneiro e eu, a oportunidade, de, há pouco, redigir um requerimento apresentando um voto de regozijo aos trabalhadores de São Bernardo do Campo e de Diadema, porque retornaram ao trabalho. E, mesmo não tendo em mãos o texto desse requerimento, informo à Casa que, nos baseamos fundamentalmente na atitude louvável dos trabalhadores que, entenderam a situação de momento, deste País, e que, deram uma grande lição àqueles que, pelos caminhos da intransigência e da radicalização pretendem, não raras vezes, atingir a objetivos que pouco interessam à Nação brasileira.

Destacamos também, neste requerimento, a liderança de um trabalhador braçal, talvez sem o preparo cultural de muitos intelectuais deste País, mas, com a sensibilidade privilegiada de poucos homens públicos brasileiros — Luiz Inácio da Silva. Mesmo destituído do seu Sindicato, ele esteve ao lado dos seus companheiros e acabou por servir de mediador no conflito de interesses entre empregados e empregadores. E assumiu o seu papel de líder natural, e por isto merece também o nosso louvor, pois conduziu os seus liderados para o retorno ao trabalho do dia a dia, e, dentro de 45 dias, as negociações continuam, e perdurando as negociações, abrem-se os horizontes que hão de levar os metalúrgicos do ABC e os empregadores, a um denominador comum que haverá de interessar não unilateralmente, não a patrões ou empregados, mas, ao Brasil como a um todo.

É por isto, Sr. Presidente, que entendo como intempestiva a redação deste requerimento que está sendo discutido agora e, por isto, antecipo o meu voto contrário. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero crer, Sr. Presidente, meus caros Deputados da ARENA, que o regozijo nesta Casa está separado!

Quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vi, há pouco, ao chegar a esta Casa, que, a nobre bancada da ARENA vota contra um requerimento de regozijo, por um injustiçado neste País; vota contra o requerimento que se pretende colocar nesta Casa, mostrando realmente que houveram e existem injustiçados neste País, quando votaram contra o requerimento de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi dando um voto de regozijo a um Vereador em São Paulo, que teve a feliz idéia de homenagear um injustiçado! E vem agora a ilustre bancada da ARENA propor um voto de regozijo sem antes nesta Casa, ou qualquer lugar deste Paraná, ter se pronunciado ou se haver dito a palavra, sequer, "metalúrgico". E vem agora, em cima de um requerimento do meu companheiro, a fazer como fazem alguns cronistas esportivos — depois que o time ganha, é bacana!

Razão pela qual, Sr. Presidente, me enoja ver atitudes como esta — negar-se o regozijo a alguém que foi injustiçado, e a se colocar uma coisa em cima de outra coisa que o MDB vem dizendo há muito tempo.

Razão pela qual, Sr. Presidente, fico com a minha solidariedade à minha bancada, como fiquei com o requerimento

do nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

Tenho, Senhor Presidente, pena de algumas pessoas que se colocam depois das coisas ditas.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Senhor Presidente. Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Solicitaria à Mesa, se pudesse determinar a leitura da íntegra do requerimento a fim de que a Casa fosse realmente informada de qual o objetivo a que se propõe o Deputado Darcy Deitos. Se a Presidência pudesse determinar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, que proceda à leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede à leitura do requerimento).

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-me que a discussão está tomando contornos de caráter meramente subjetivo e não objetivo.

Objetivamente existe sobre a Mesa, apenas este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa quer informar ao nobre Deputado da Casa, que se encontra sobre a mesa um requerimento subscrito pelos Deputados Augusto Carneiro e Ailton Cordeiro, que diz o seguinte:

"Requer voto de regozijo aos trabalhadores e metalúrgicos de São Bernardo do Campo, pela posição conciliatória adotada no conflito de interesses de empregados e de empregadores."

O SR. NILSO SGUAREZI — Esse requerimento foi lido durante a Hora do Expediente, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa que o Deputado autor do requerimento, no momento de discussão do requerimento em tela, anunciou em plenário a existência deste requerimento e em seguida encaminhou a esta mesa.

Continua em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, agradeço a informação, mas eu quero concitar os nobres Pares desta Casa, para que não abram exceções perigosas, porque regimentalmente com a leitura do expediente e da Ordem do Dia, delimita e encerra as discussões da sessão.

Parece-me que abriremos exceções perigosas se os trabalhos forem conduzidos desta maneira, porque toda a vez que uma possível maioria se estabelecer nesta Casa e tiver um requerimento, que esta maioria contrarie, ela então, através deste expediente que se usa aqui hoje, poderá recusar um requerimento, sobrepondo outro para obter êxito.

Mas, Senhor Presidente, deixando essas considerações formais e regimentais de lado, o objetivo do requerimento é que deve ser analisado.

Um voto de solidariedade à luta dos trabalhadores. Essa luta teve vários contornos, várias facetas e vários aspectos. A luta dos metalúrgicos não é de hoje, não é de 1964, não é de 1962, não é de 1958. É a classe mais consciente dos trabalhadores do Brasil e não vai se encerrar hoje, e não se encerrou ontem.

O objetivo do requerimento é estimular uma classe que ordeiramente, dentro da própria lei restrita que está aí, da greve, defende seus direitos e isso é democracia.

Peço aos Deputados da ARENA que atentem para as palavras do próprio Presidente da República que disse, ontem, que os trabalhadores souberam receber a mão em conciliação. Como podem e pretendem Vossas Excelências, dissociar, separar esta luta dos trabalhadores, o simples fato de que eles vol-

tem ao trabalho. Estariam então, Vossas Excelências dando um voto de louvor a uma capitulação. Mas o objetivo do requerimento é estimular estes homens para que continuem esta luta, luta responsável de entenderem que o momento é de recuar, e recuaram. E por esta luta então, é que se pede solidariedade, não é simplesmente por terem entrado em greve. É abrangente o requerimento do Deputado Darcy Deitos, que pede a solidariedade da Casa pela luta ordeira, pacífica e responsável dos senhores metalúrgicos.

Por isso, Sr. Presidente, o requerimento não é intempestivo, em absoluto, mesmo porque a luta dos metalúrgicos não vai parar hoje. Como se pode dar um voto de louvor ao Senhor Lula, a partir de hoje e agora, se a liderança foi conquistada pelos anos de luta, pela prática? Uma liderança não se conquista no dia, na hora, mas se conquista com posições, com atitudes conseqüentes e responsáveis. Atitudes conseqüentes e responsáveis que o Senhor Lula não conseguiria se não tivesse atrás de si uma classe conseqüente e responsável, que é a classe dos metalúrgicos.

Por isso, Sr. Presidente, peço à ilustre bancada Aliança Renovadora Nacional, a qual me parece que pela posição do seu Líder, votaria contra este requerimento, que reflita. De meu lado, ao entrar o requerimento do nobre Deputado Airton Cordeiro, deixo a questão aberta à minha bancada e concito para que a minha bancada vote favorável a ele porque reconheço que é um requerimento justo. Mas não posso entender o voto contrário a não ser de que se queira, aqui, prevalecer a qualquer custo o simples fato de ser a maioria. Só assim posso entender.

Porque não posso dissociar, Sr. Presidente, da luta dos metalúrgicos, o conceito de que a palavra luta envolve a perspectiva de espaço e de tempo.

Então, Sr. Presidente, espero que quando o requerimento do nobre Deputado Airton Cordeiro, do Deputado Augusto Carneiro vierem para a votação, a minha bancada para a qual deixamos questão livre, vote favorável a ele porque reconhecemos que é um voto de solidariedade justo àquelas lideranças. Mas só as lideranças? E os trabalhadores? Os que compareceram aos Estádios e os senhores viram que organizadamente, que não provocaram a polícia quando a polícia invadiu os seus Sindicatos. E estes? Será que são uns "Zé ninguém", anônimos, que não merecem a solidariedade?

Por isso, Sr. Presidente, espero que se apele para o bom senso e que esta Casa não proporcione este espetáculo, de que só porque existe uma maioria, o pensamento e o critério desta maioria deve prevalecer, mesmo que para isso tenha-se que rasgar o Regimento.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. DEL CIEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra Vossa Excelência, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, antes de mais considerações, apresentar uma proposição que certamente conciliará interesses e poderá harmonizar a decisão desta Casa, que deve, sempre fazendo prevalecer o bom senso, decidir com justiça. Apesar de características diferentes, os objetivos se igualam na proposição do eminente Deputado Airton Cordeiro e do nosso companheiro de bancada.

Ocorre, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, que nós da Oposição neste Estado e nesta Casa, entendemos que a luta dos trabalhadores brasileiros em todos os setores continua e vemos, na atualidade, a oportunidade de, fazendo justiça aos trabalhadores da nossa Pátria, oferecermos a nossa modesta contribuição para que todas as classes trabalhadoras se conscientizem dos seus direitos, que lutem e reivindiquem para conquistar os direitos que lhes têm sido furtados de há muito tempo na Nação brasileira, como estão a lutar os trabalhadores do ABC,¹ pela recondução dos seus sindicatos às suas autênti-

cas lideranças, hoje ocupadas por autênticos pelegos da nacionalidade brasileira, impostos pelo governo, pelos governantes que aí estão, a dirigir os destinos da nossa Pátria.

Vi, nesta oportunidade, a perspectiva do nascimento de mais uma voz em defesa dos trabalhadores desta Casa, na valerosa bancada da ARENA, por quantas vezes emocionado, em silêncio; é verdade, via se erguer nesta honrosa bancada, a voz de José Lázaro Dumont, em defesa dos lavradores do nosso Estado do Paraná.

E espero Deputado Airton Cordeiro, que esteja brotando mais uma Liderança no Partido Situacionista deste Estado, que terá sempre a sua voz erguida neste Parlamento, em defesa dos trabalhadores do Paraná e do Brasil.

Não vejo razões, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, para que se negasse a esta ou àquela matéria, a aprovação deste colendo Plenário. Acredito, que analisadas com isenção de ânimos e de interesses políticos, todas as matérias merecem a aprovação, o aplauso e o respeito desta Casa do povo do Estado do Paraná.

E assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, proponho às lideranças de ambos os partidos políticos, e aos eminentes autores das matérias ora focalizadas, Deputado Airton Cordeiro e Deputado Augusto Carneiro, para que sejam apreciadas conjuntamente com a do nosso eminente companheiro de Campo do Mourão.

Tem o aparte o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado Antônio Del Ciel.

Entendo que o meu aparte é proveniente, uma vez que estamos na discussão da matéria.

Ainda ontem, quando conversava com Vossa Excelência e com o Líder da vossa bancada, exatamente a respeito desta matéria, que hoje seria decidida por esta Casa Legislativa, eu dizia entender que na discussão desta matéria, caberia aos Parlamentares desta Casa, focalizar, antes de mais nada, se a reivindicação dos metalúrgicos era justa ou não.

E apenas nisso, eu entendi que competiria a nossa decisão. E dizia mais: que entendia que, inclusive, nem o Governo poderia ser contra o direito do trabalhador, de poder reivindicar.

Creio mesmo que tal reivindicação deve ter a simpatia do Governo. Quando conversei com o Líder da minha bancada, eminente Deputado Erondy Silvério, fiz também a ele as minhas ponderações, por entender que era um requerimento que deveria merecer o apoio de ambas as bancadas.

Porque não se pretende aqui, atribuir nenhum voto de solidariedade à greve ou a qualquer motivo. Pois sabemos que no caso da intervenção dos Sindicatos, tal fato ocorreu em virtude do pronunciamento da Justiça do Trabalho, e entendo que o que se pretende com este requerimento, não é abordar a forma, como tomou caminho o movimento encetado, mas, o que se pretende é uma solidariedade pura e simples com o trabalhador, na sua reivindicação, no seu anseio justo, de poder ter melhores condições de vida.

Esta exposição eu já o disse, visa ao Líder da minha bancada, que inclusive, me deu conta na ocasião, de que a matéria seria colocada à livre decisão dos membros da bancada.

Vejo, hoje, que é um novo requerimento apresentado por dois eminentes Deputados da minha bancada, com um voto de aplauso, de regozijo; porque felizmente para os trabalhadores e muito mais, para o Brasil, pudemos chegar a uma decisão pacífica, ordeira e de forma magnificamente entendida pelo povo brasileiro.

Vejo, na posição de V. Ex.^a, do apoio a ambos os requerimentos, a ambos os pedidos, uma forma magnífica de comportamento das duas bancadas é a forma que acatarei. Se em conjunto, votarei com os dois requerimentos; se em separado, também votarei com os dois requerimentos favoravelmente. É a minha posição.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. DEL CIEL — Para quem honra, a honra, a quem justiça, justiça. Por honra e por justiça, devo registrar o diálogo mantido com o eminente Deputado Dácio Leonel de Quadros, que, na forma que aqui foi narrada, por inteiro ocorreu na tarde de ontem entre nós. Agradeço, eminente Deputado, pela compreensão de V. Ex.^a, e até mesmo pela sua posição antecipada a esta reunião de hoje, em posicionamento de aprovação da proposição ora focalizada.

Aproveitaria, antes de conceder o aparte ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, para lembrar e oferecer oportunidade ao eminente Deputado Airton Cordeiro, para que ele fizesse registrar, como anunciou, nesta reunião, em seu requerimento, o seu reconhecimento e aplauso ao grande líder dos trabalhadores paulistas, o "Lula" que, realmente, merece o reconhecimento de todos nós assim como dos trabalhadores, que até mesmo ao retornar ao trabalho estão demonstrando a seriedade com que têm se portado, quando dos eventos destes movimentos trabalhistas na nossa Pátria brasileira. Cedo com muito prazer e muita honra, o aparte ao eminente Deputado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eminente Deputado Del Ciel, V. Ex.^a apresenta uma fórmula conciliatória, a esta Casa, totalmente admissível pelas duas bancadas. Pessoalmente, sempre fui a favor do direito estabelecido na Constituição dos trabalhadores reivindicarem em greves, pacíficas e ordeiras, os seus direitos. Não cabe aqui lembrar a luta quase que secular que os trabalhadores de outras partes do mundo tiveram, para verem reconhecidos os seus direitos de pleitearem desta forma, melhores salários e mais condições dignas de vida.

O programa do meu Partido, o líder do meu Partido neste Paraná, Ney Braga, que é democrata e que é cristão, também tem o mesmo posicionamento.

Ainda hoje, tive oportunidade de folhear o seu programa de trabalho à frente do Executivo, e ele diz, em diversas oportunidades, que todo o seu programa de Governo é voltado para o desenvolvimento do homem. No programa do Governo de Ney Braga, o homem, como centro de atividade do Estado, não é uma figura de retórica, pelo seu passado e pelo anúncio que fez de seu programa de Governo.

Concordo com V. Ex.^a e concordo com o Brasil, quando podemos afirmar que estamos vivendo novos tempos na vida política nacional. E a prova, talvez mais evidente, seja o nascimento de novas lideranças populares autênticas, como a do popular "Lula". No passado, nós não tivemos, não antes de 64, nem depois de 64, lideranças autênticas como esta. Sou, como V. Ex.^a, contra o peleguismo, peleguismo que, infelizmente, tem desvirtuado e deturpado os sindicatos do Brasil antes e depois de 64, e creio que o posicionamento amadurecido dos líderes sindicalistas, aceitando a mão estendida do Presidente Figueiredo vai levar à solução. Não acredito, como o nobre Deputado Adalberto Daros, que nós estejamos repisando assuntos que só tenham sido privilégios do Partido da Oposição. Concordo com as alegações do eminente Deputado Airton Cordeiro, nesta Casa, quando ele faz um apelo à conciliação. Porque é através da conciliação e não através da crise, é que nós haveremos de legar aos trabalhadores, melhores condições de vida, no nosso Brasil.

Desta forma, declaro agora o meu voto favorável à luta dos metalúrgicos, como votarei sempre nesta Casa, em favor dos trabalhadores, quando estiverem em greve ou quando estiverem reivindicando melhores salários e votarei na mesma forma, no mesmo passo, de acordo com o requerimento formulado por dois eminentes Deputados da bancada valorosa da Aliança Renovadora Nacional, os Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro.

O SR. DEL CIEL — Obrigado, agradeço o aparte de V. Ex.^a que honra e valoriza a nossa modesta pretensão, na tarde de

hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados. **O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, eu tenho, desde o primeiro momento, acompanhado o problema da greve dos metalúrgicos de São Paulo. E posso dizer aqui com a honorabilidade de quem votou a favor da proposição, desde a primeira vez, que há grandeza nos propósitos de se aliar às intenções dos trabalhadores, porém está sendo olvidado aqui que, juntamente com a posição firme dos trabalhadores, foi também fator decisivo, a lucidez e o espírito de amparo que teve S. Ex.^a o Ministro do Trabalho, desde o primeiro momento. Pois, no eclodir da greve disse, quando os patrões, quando os sindicatos patronais insinuavam a intervenção, ele mandou que eles fossem ao dissídio; razão porque dei o meu voto favorável, porque via que também o Governo já se empenhava, desde aquele momento, para que houvesse um desfecho feliz. Se esquece aqui, de que nós devemos cantar tão alto quanto a vitória dos trabalhadores, a vitória dos novos tempos da Democracia; e que é o Governo Federal, e é o Governo Federal, através do Ministro do Trabalho, e das palavras do Presidente Figueiredo, que agora, ensejam a condição de que a luta dos trabalhadores, tenha tido a vitória que teve.

Assim, como um gesto de conciliação bem como tiveram as facções que disputavam os seus direitos e suas posições, peço que tenhamos nós aqui também a grandeza de arrear as nossas posições políticas e nos unirmos todos num único requerimento e que tanto um partido como outro, dêem um voto de louvor à vitória dos trabalhadores e também dêem um voto de louvor ao Ministro do Trabalho, pela excelência da sua intervenção e pela excelência do seu trabalho como Ministro, na defesa dos interesses da Democracia e dos trabalhadores também. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a discussão do requerimento. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — **(Para encaminhar a votação)**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — **(Para encaminhar a votação)**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Presidência concedeu a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, eu gentilmente gostaria que o ilustre Deputado, falasse primeiro e em seguida falaria.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — **(Para encaminhar a votação)**

Agradeço ao Deputado Nelson Friedrich e ao Sr. Presidente, porque solicitava desde há muito a palavra, porque sentia-me na obrigação, de como autor ou como um dos autores do segundo requerimento, que a meu entender ainda não está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com o pronunciamento feito pelo nobre Deputado Airton Cordeiro, recebeu o requerimento mas que o mesmo, de acordo com o Regimento, entrará em votação na próxima sessão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — No meu entendimento, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, nós estamos falando em encaminhamento de votação do requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos, que já tinha sido encerrado o prazo de discussão em sessões anteriores, e, conseqüentemente, hoje deveria estar...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa esclarece ao nobre Deputado que a discussão foi adiada na forma do art. 150 do Regimento Interno, na sessão de ontem. O requerimento está em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço a V. Ex.^a pelos es-

clarecimentos, mas o que me faz falar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o requerimento formulado pelo ilustre Deputado da Oposição que pedia um voto de solidariedade aos metalúrgicos que se achavam em greve na época do requerimento, — entendendo este Deputado e o nobre Deputado Aírton Cordeiro de que, deve-se frisar ainda, antes, que, em momento algum a bancada Situcionista fechou questão para não aprovar, pelo contrário, pareceu-me, pela intenção da maioria dos membros da minha bancada, que era pela aprovação deste requerimento, que ficou, então, na pauta para hoje ser votado, mas que não existe nenhuma questão fechada para votar contra.

Como disse o ilustre Líder da bancada Oposicionista, que não fechava questão no requerimento que entrará em discussão e votação daqui a pouco. Neste primeiro requerimento que agora discutimos, também não existe, não existiu ora nenhuma questão fechada para não aprovar. Ficou patente, para palavra de todos que aqui já falaram, de que são inteiramente favoráveis.

Nós, eu e o Deputado Aírton Cordeiro, entendemos por bem fazer este segundo requerimento de voto de regozijo aos trabalhadores, porque entendemos que na seqüência da coragem que tiveram para entrar numa justa greve, tiveram também o entendimento necessário para, pacificamente e ordeiramente, chegarem a um entendimento que a Nação inteira esperava, que era pacificamente solucionar os problemas tanto de empregados quanto de empregadores, porque quem ganhou com a decisão dos metalúrgicos não foram eles só, não foram os empregadores, mas foi o Brasil, porque são homens que voltaram ao trabalho dentro de uma tranqüilidade, depois de provarem também a esta Nação de que se está processando, está-se alvorando a abertura democrática que todos nós brasileiros queremos.

E, por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós houvessemos por bem entrar com este segundo requerimento, porque achamos que coroou de êxito, agora, toda a movimentação daqueles trabalhadores, e é por isso que pedimos o voto de regozijo.

Se for regimental, nós, eu, em meu nome e em nome do Deputado Aírton Cordeiro, que regimentalmente já não pode mais falar, mas já me autorizou para que eu concordasse com a junção dos dois requerimentos, e assim as duas bancadas aprovarem tanto o voto de solidariedade inicial como o voto de regozijo que, para mim, é o principal de todos, porque agora vemos coroado de êxito o esforço dos trabalhadores.

O Sr. Darcy Deitos — V. Ex.^a permite um aparte? (**Assentimento**)

Nobre Deputado Augusto Carneiro, evidentemente, que é um direito de V. Ex.^a apresentar a esta Casa o requerimento que quiser, mas, ocorre que se V. Ex.^a prestasse atenção no teor do requerimento por nós formulado, V. Ex.^a haveria de concordar de que ele está atualizado, hoje, amanhã e sempre, porque não há homem de bem que seja contra um direito dos trabalhadores deste País, quando lutam por melhores salários.

Então, o requerimento de sua autoria e do nobre Deputado Aírton Cordeiro, evidentemente, tem o mesmo teor, o mesmo objetivo que o meu.

O de minha autoria, evidentemente, foi dado entrada no dia em que o Sindicato dos Metalúrgicos foi invadido. Mas, o teor dele é atualizado hoje, amanhã e sempre, porque não há homem de bem, neste País, que se ponha contra os trabalhadores que fazem com que esta Nação seja a pujança que é. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Muito obrigado, nobre Deputado. Seu aparte veio corroborar com minhas palavras e com a intenção de minha bancada.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Sr. Presi-

dente, o nobre Deputado Del Ciel, na sua colocação, quando discutiu, fez uma proposta à Casa: que as duas bancadas votassem, igualmente, no mesmo momento, a junção dos dois requerimentos.

A bancada da ARENA — tenho a impressão — pela palavra dos autores do segundo requerimento, Aírton Cordeiro e Augusto Carneiro, concordam com a junção dos requerimentos, proposta feita pelo Deputado emedebista Del Ciel.

Consulto V. Ex.^a, Sr. Presidente, se é possível fazer a junção desses dois requerimentos para que esta Casa, hoje, saia engrandecida, para que possamos dar uma demonstração de apoio aos trabalhadores, de apoio ao diálogo.

Caso não seja possível, em termos regimentais, que haja uma solução desta maneira, eu recorro da decisão de V. Ex.^a ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o presente requerimento subscrito pelo nobre Deputado Darcy Deitos está em fase de discussão.

A Mesa apenas recebeu, conforme anunciaram em plenário, o requerimento subscrito pelos Srs. Deputados Aírton Cordeiro e Augusto Carneiro, esse requerimento será apreciado na próxima sessão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — O Plenário é soberano.

A decisão deste Plenário será no sentido de que deva ser votado, igualmente, os dois requerimentos, nesta tarde.

Então, solicito à Presidência que colocasse em votação a proposta formulada pelo Deputado Del Ciel, com apoio dos eminentes Deputados, transformando os dois requerimentos num só, para que possamos votar, agora, os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que ainda não houve nenhuma decisão, houve apenas uma sugestão apresentada pelo Deputado Del Ciel.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, V. Ex.^a quer que essa sugestão seja formulada por escrito?

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, o requerimento apresentado pelos nobres Deputados Augusto Carneiro, Aírton Cordeiro e também subscrito por este Deputado, ainda não foi posto em discussão.

Portanto, não vejo porque ser o mesmo votado amanhã. Ninguém pediu para discutí-lo, apenas estão pedindo a inclusão a um requerimento que já está em fase de discussão.

Acho perfeitamente válido, desde que as duas bancadas concordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira colocou bem a questão. Houve, efetivamente, uma proposta conciliatória, partida do nobre Deputado Del Ciel.

Agora, V. Ex.^a só poderá fundir os dois requerimentos com aquiescência do autor do requerimento que ora estamos discutindo.

Então, indagaria ao nobre Deputado Darcy Deitos se aceita a proposta formulada neste plenário, de conciliação, feita pelo nobre Deputado Del Ciel.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa suspende a sessão por cinco minutos para haver um entendimento entre as lideranças.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está reaberta a presente sessão.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Qual é a função de um Líder, no Parlamento?

É ouvir a tendência da bancada, ouvir a opinião individual

de cada bancada componente, neste caso, da bancada da Aliança Renovadora Nacional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e, da tendência ou do consenso das opiniões, estabelecer uma tomada de posição na apreciação não só deste requerimento, mas, de todas as matérias que digam respeito aos interesses do povo do Paraná e da administração pública. Porque quando aportam nesta Casa, Mensagens do Governo propondo leis que vêm em benefício da comunidade paranaense, então, a Liderança da bancada sempre fecha a questão em torno da aprovação das Mensagens do Governo que visam, em última análise, o bem estar do povo paranaense. Mas, numa questão meramente política, a meu ver de somenos importância para a coesão da bancada ou para o posicionamento da bancada, como no caso em tela, na sessão anterior Vossa Excelência e todos os Srs. Deputados, principalmente da Oposição, sentiram que a Liderança da ARENA nesta Casa deixou questão aberta quando Vossa Excelência submeteu à decisão da Mesa, à apreciação do Plenário, para o recebimento, ou não, do requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos; entendia a Mesa, repito, que, era matéria vencida, idêntica a requerimento rejeitado dias atrás, pelo Plenário desta Casa.

A Liderança da bancada decidiu deixar a questão em aberto, por ter entendimento contrário ao da Mesa. Vossa Excelência e toda a Casa viu que, cada componente da bancada da ARENA votou de acordo com seu entendimento, de acordo com a sua consciência, e, a decisão da Mesa foi rejeitada.

Hoje, e em consequência à votação do requerimento, ainda eu justifiquei, naquela oportunidade, também era questão aberta, quanto ao mérito do requerimento, porque nós achamos que não só os metalúrgicos mas qualquer classe de trabalhadores deste País, reúnem-se em assembleias, para reivindicarem melhores condições de vida, melhores salários. Este, é o entendimento, profundamente humano, de todo cidadão brasileiro, sem distinção de credo, de cor, de ideologia política, de religião etc., etc.

Por isto a questão foi declarada aberta.

Mas, como hoje fui informado pelos nobres Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro, que haviam dado entrada à Mesa, de requerimento solicitando que a Casa se regozijasse com os metalúrgicos do ABC Paulista pelo retorno ao trabalho e por verem as suas reivindicações atendidas por quem de direito, novamente a questão foi deixada em aberto. Entretanto, assim não entendeu a Oposição, porque não aceitou uma sugestão formulada e muito bem posta pelo nobre Deputado Del Ciel, de que, se fundissem os dois requerimentos.

Diante dessa intransigência, Sr. Presidente, não nos resta outro caminho, não resta outro caminho à Liderança da ARENA!

Consultando a maioria dos Deputados componentes da bancada e sentindo que a tendência era pela rejeição do requerimento - não quanto ao mérito do mesmo, mas pela intransigência do seu autor - é que coloco a situação, em termos de questão fechada da bancada, atendendo a maioria dos Srs. Deputados da bancada da ARENA.

Aqueles que, em nossa bancada divergirem deste posicionamento, não estarão divergindo do Líder, e sim, da maioria dos seus colegas componentes da bancada da ARENA.

Esta é a posição da Liderança e a posição da maioria esmagadora da bancada da ARENA, na apreciação desse requerimento.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Líder da Bancada Situacionista nesta Casa, evidentemente de que não há uma intransigência da nossa parte, que somos o subscritor do primeiro requerimento, formulado nesta Casa, na última sexta-feira. Eu porpuz aos eminentes Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro que hoje propuseram a esta Casa um requerimento, de teor semelhante ao nosso, que no nosso

requerimento que está para ser votado dentro de poucos minutos, que eu aceitava e aceito de que seja feito um adendo deste outro requerimento, mas os ilustres Deputados estão irreversíveis na sua decisão de que o meu requerimento teria que ser retirado para ser feita uma fusão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É difícil conciliar as opiniões. É difícil mesmo.

O Sr. Darcy Deitos — Nada mais nos resta, e que o povo, o Paraná e o Brasil sejam testemunhas do veredicto desta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas, nobre Deputado, admito a sua posição, mas não aceito a sua conceituação sobre o resultado da votação desse requerimento, porque o povo também deve entender que existe, dentro da bancada da ARENA, um requerimento de congratulações pelo desfecho feliz do movimento reivindicatório.

O Sr. Darcy Deitos — Mas o nosso está há seis dias na Casa, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nobre Deputado, apenas nós entendemos que o espírito do requerimento de Vossa Excelência está superado pela cessação do...

O Sr. Darcy Deitos — Não está. Está atualizado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, não sei a que título, queria que a Mesa me informasse, que o nobre Líder da ARENA usou a palavra a fim de responder o Deputado que fala duas vezes.

Parece-me que deve se estabelecer o contraditório. O Deputado Erondy Silvério já falou duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que para discutir, o Deputado teria uma hora e não havia completado o seu tempo, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então, é pertinente que eu aborde a matéria. Senhor Presidente, pretendo assumir a mesma decisão assumida. Não vamos fechar questão, porque há um fato bastante subjetivo achar que existe intransigência deste ou daquele lado. Parece-me que regimentalmente só há uma saída e a assessoria da Mesa disse: O requerimento dos nobres Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro, não pode ser votado hoje, a não ser que haja uma violentação do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que já esclareceu o Plenário, que o referido requerimento não irá à votação na sessão de hoje, mas sim, na próxima sessão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito, Senhor Presidente. Aqui estou então, para justificar a posição assumida pelo Deputado Darcy Deitos, que encontra saída regimental. Propôs um adendo, como autor do requerimento, em cuja propositura, incluiria, tudo aquilo "ipsis literis" que está no requerimento dos nobres Deputados, que agora, nesta sessão, apresentam o voto de regozijo.

Então, a intransigência está ocorrendo por parte dos outros Deputados, que a matéria não pode ser apreciada hoje a matéria deles não pode ser votada hoje, e eles não concordam que seja incluído um aditivo no requerimento do Deputado Darcy Deitos. Aí é que se verifica realmente a intransigência.

O Sr. Airton Cordeiro — Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento) — Agradeço e gostaria de me situar sobre o que afirma Vossa Excelência em relação ao que disse o Deputado Darcy Deitos, em aparte ao pronunciamento do

do Líder da nossa bancada, Deputado Erondy Silvério.

E tendo convicção de que estou falando em meu nome e em nome do meu companheiro de bancada, o Deputado Augusto Carneiro, autores do segundo requerimento apresentado à Mesa. quero que os Anais desta Casa registrem essa posição para que não sejamos acusados de intransigentes, como faz Vossa Excelência, neste momento.

Apresentamos ao Deputado Darcy Deitos a seguinte sugestão: solicitar a Sua Excelência o adiamento da votação do requerimento que se discute presentemente e, com base também no requerimento apresentado por esse Deputado e pelo Deputado Augusto Carneiro, elaboráramos a seis mãos, o Deputado Darcy Deitos, o Deputado Augusto e esse Deputado, um substitutivo geral, numa redação que teria a participação dos três Deputados, para que haja uma posição realmente equânime entre os autores dos requerimentos.

Entretanto, esta nossa proposta não foi aceita.

Foi rechaçada. Parece-me que, como a paternidade dos requerimentos é clara, é inofismável, demérito nenhum existe por parte do Deputado autor do requerimento que se discute presentemente, no sentido de até retirar o seu e retiraremos o nosso, para que elaborássemos um requerimento único. Fui mais além, Deputado Nilso Sguarezi, abriria eu mão da paternidade de um requerimento e da mesma forma, o Deputado Augusto Carneiro e transferiríamos a paternidade, de um único requerimento a ambas as bancadas com assento nesta Casa. Isto é espírito de renúncia; isto não significa intransigência, não significa radicalização. Significa, realmente, buscar o entendimento pelo diálogo e buscar o poder de convencimento por razões que devem estar acima das nossas posições pessoais. Este o entendimento que gostaria que Vossa Excelência tivesse da nossa posição e para que não se cometa uma injustiça com o Deputado Augusto Carneiro e para com este Deputado, e para que o Plenário tome conhecimento da nossa posição, que é oficial.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pelas razões que Vossa Excelência invocou, eu já havia afirmado, anteriormente, que interpretar intransigência, é uma posição subjetiva, de quem acha que o outro é intransigente. Peço que, objetivamente, a Casa analise. O nobre Deputado Darcy Deitos, vem, desde o início desta Legislatura, tentando fazer com que a Casa aprove um requerimento em favor dos metalúrgicos, tendo sido já rechaçado o seu requerimento, porque incluiu a greve dos professores, junto. Voltou, o nobre Deputado, com este requerimento que a Mesa entendeu de não receber. Passada essa fase inicial, volta o requerimento à discussão. Então, objetivamente, não se pode forçar que o Deputado abra mão da posição que vem assumindo. Qual a posição que vai se exigir de alguém que tem um requerimento sobre a mesa e que vem, há duas semanas, tentando a sua aprovação. A intransigência é daquele que exige que o Deputado retire o seu requerimento, ou daquele que entra na hora e, meia hora após, quer ver a sua opinião vender, prevalecer a sua posição. Esta, Srs. Deputados, é a posição ideal. Não quero dizer que ninguém seja intransigente; o que quero dizer é que vamos voltar até no tempo, para analisar a questão que aqui se põe. Alguém que, há duas semanas vem lutando, peleando, alguém que abre mão disso, que faz uma emenda e aduz à disposição que está sobre a mesa, "ipsis literis", ao seu requerimento. Não quero taxar ninguém de intransigente. Objetivamente, quero que a Casa analise os fatos.

Por isso, entendo, Sr. Presidente, que a matéria deve ser posta à votação e, uso da palavra, apenas para justificar o requerimento que está sobre a mesa, de minha autoria, agora que pede votação nominal. E, parece que o problema estrapolou posição partidária ou política. Agora, a oposição é individual dos Srs. Deputados. A matéria estava livre, foi fechada a questão, foi aberta e, parece que, agora, é a posição de cada

Deputado para analisar o requerimento que está sobre a mesa e, o próximo também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrada a votação, passaremos...

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Presidente, posso discutir?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Nobre Deputado, a Mesa solicitava ao Plenário que, desde que não houve entendimento mesmo com a suspensão da sessão, que os Srs. Deputados compreendessem e fosse encerrada a presente fase de discussão, para nós entrarmos na fase de votação, porque vários entendimentos foram tentados, inclusive, suspendendo a sessão e chegou-se a uma conclusão que não houve, assim, um entendimento por parte das bancadas. Assim, a Mesa faria um apelo aos Srs. Deputados que nós entrássemos na fase de discussão, de votação, para que esta sessão tivesse seu término, inclusive, dentro do seu prazo regimental. Era um apelo que faria aos Srs. Deputados.

Para encaminhar a votação, em fase...

O Sr. Deni Schwartz — Aceito o apelo de Vossa Excelência em homenagem a brilhante maneira como vem conduzindo esta Casa e solicito que me inscreva para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente...

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, o processo de votação, me parece que deve ser, preliminarmente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Plenário que se encontra sobre a mesa um requerimento subscrito pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, que pede votação nominal para o requerimento do Deputado Darcy Deitos.

Em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, a posição da bancada da ARENA, com relação ao requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos está definida. Os Anais da Casa farão justiça à posição da bancada da ARENA, particularmente com referência a este requerimento. Portanto, não há necessidade nenhuma, Sr. Presidente, de votação nominal. Nós assumimos a responsabilidade de votar contra o requerimento, por razões já expostas exaustivamente nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. — **Rejeitado o requerimento.** Em votação o requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que no Brasil nós tivemos, na data de ontem, grandes vencedores. E no Paraná tivemos, na data de hoje, grandes perdedores. Porque passamos cerca de mais de uma hora a discutirmos problema de semântica. Ficamos a discutir o termo solidariedade e regozijo, que convenhamos, motivado apenas por uma má redação do Regimento Interno, já que é muito difícil separarmos regozijo de solidariedade.

Sr. Presidente, ontem tivemos grandes ganhadores e são os jornais de hoje que o dizem: "Lula ganha a parada. Vitória dos metalúrgicos". Quando o MDB e eminentes homens da ARENA desta Casa, alguns dias atrás pretenderam uma solidariedade aos metalúrgicos fosse votada, os metalúrgicos foram

inquinados de estarem na ilegalidade. Não se decidiu, na oportunidade, não se deixou que se discutisse a legitimidade do movimento dos metalúrgicos. Ficamos na ilegalidade, apenas. Deputados do MDB e alguns Deputados da ARENA foram derrotados no seu voto de solidariedade.

É impressionante como apenas algumas horas pós os metalúrgicos e é a imprensa quem o diz, serem vitoriosos e o seu movimento e passa a ter legitimidade, esquecida a ilegalidade. Ilegalidade que neste País não pode ser tão questionada porque as leis parecem terem sido feitas para serem desrespeitadas. E quem o diz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o próprio Ministro do Trabalho, que hoje em resposta a um repórter do "O Estado de São Paulo", admite a volta do Sr. Luiz Inácio à Presidência do Sindicato, hoje sob intervenção.

E isso também é uma ilegalidade, mas é uma legitimidade. Porque os homens que ontem puseram Lula sobre os ombros devem ter impressionado todos os políticos deste País, como impressionou a este político provinciano, porque realmente foi uma demonstração do que é ser povo, do que é ser líder do povo, coisa que dificilmente nós podemos bater no peito, todos nós e dizer que o somos.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo aos nobres Deputados, em homenagem aos grandes vitoriosos de ontem, os metalúrgicos, em homenagem inclusive ao Governo e ao Sr. Ministro do Trabalho que está admitindo até uma ilegalidade para dar legitimidade àquilo que é legítimo. Pessoalmente, voto com o Deputado Darcy Deitos como votarei na próxima sessão com os Deputados que hoje subscrevem um voto de regozijo. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que foram favoráveis, permaneçam como estão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para declarar meu voto, Sr. Presidente).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que para declaração de votos, somente por escrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Farei a justificação do voto após votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

Os Srs. Deputados que foram favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. **REJEITADO o requerimento.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente. Posso justificar meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente. Realmente hoje, houve uma luta de palavras, e esta Casa, não saiu engrandecida do episódio.

Houve inicialmente, uma proposta ponderada, do Deputado Del Ciel, para que nós votássemos juntamente os dois requerimentos.

Infelizmente, a intransigência dos homens que não tentaram encontrar a melhor solução para o episódio, fez com que eu reformulasse minha posição. Não o fiz por solidariedade ao Líder, nem à minha bancada, mas como repúdio à intransigência nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente.

Há tantas coisas novas que a gente aprende, nem bem chegando; uma delas, por exemplo, o vazio da sexta-feira, quando esta matéria era momentânea, presente e necessária; quando aquele vazio me tocou porque me tocava através da proposição de Darcy Deitos, aos metalúrgicos; quando aquele vazio, hoje, representa mudança de estratégia, porque aparece os engenheiros de obras feitas.

Eu quero declinar o uso do horário do Pequeno Expediente, porque não há condições realmente, Sr. Presidente.

Eu fico com o vazio da sexta-feira, quando o assunto era momentâneo e necessário, não depois, como aparecem os padrinhos das obras feitas, em festival de banquetes quando tudo está pronto.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão; marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 2 de abril, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 147, 187 e 188/78 e 02/79.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e nove, com a presença dos Senhores Deputados Ruben Valduga, Lázaro Dumont, Werner Wanderer, Benedito Pinto Dias, Trajano Bastos, Nelson Friedrich e Tadeu Lúcio Machado, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na sala de reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma regimental, de acordo com o Artigo 40 do Regimento Interno, o Senhor Deputado Pinto Dias. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Ruben Valduga e Tadeu Lúcio Machado, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Senhor Deputado Ruben Valduga agradeceu aos membros da Comissão, a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões serão realizadas às terças-feiras, após a Sessão Plenária, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

(aa) RUBEM VALDUGA

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Vice-Presidente

MARLENE COUTO DE CRISTO

Secretária

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA			
BALANCETE			
MÊS DE MARÇO DE 1.979			
DÉBITO		CRÉDITO	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.			
AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	1.005.425,62	REDA DE CONTRIBUIÇÕES	1.144.653,42
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.		RENDAS DIVERSAS	1.107.433,51
CONTA POUPANÇA	106.095,49		
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PRAZO FIXO	20.000.000,00		2.252.086,93
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	8.789.865,65		28.789.276,41
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
MATERIAL DE CONSUMO	1.109,10		
PENSIONISTAS	1.089.654,00		
SEGUROS	19.083,48		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	30,00		
TOTAL			31.041.363,34
Reconhecemos a exatidão do presente balancete a importância de "Trinta e um milhões, quarenta e um mil, trezentos e sessenta e três cruzeiros e trinta e quatro centavos".			
ARY DOS SANTOS — CONTADOR			
CRC — 47 PR			
JORGE SATO			
PRESIDENTE			

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 196/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN	—	Mat. 096
BLUMER BOSQUÍLIA	—	Mat. 414
LAERTES LUIZ FOGGIATO	—	Mat. 456

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA N.º 197/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2455, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, EDITH BAUDISCH, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Egon Pudell, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA N.º 198/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1730, de 02 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 08/78, de 09 de janeiro de 1978, na parte que se refere ao funcionário adido a este Poder, ALBARY PEDROSO, que designou para prestar serviços como Motorista no Gabinete da 4a. Secretaria;

II — revogar, a pedido, a Portaria n.º 012/79, de 09 de janeiro de 1979, na parte que se refere ao funcionário acima citado, que autorizou a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da 4a. Secretaria; e,

III — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da 1a. Secretaria, até 30 de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

PORTARIA N.º 200/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2516, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, ANTÔNIO ÁLVARO TOSI, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Deni Lineu Schwartz, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 261/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2340, de 16 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

nomear, VERÍSSIMA OLIVEIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rosário Pitelli.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 20 de março de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BRASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 262/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1316, de 13 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar a BÁRBARA CECILY NETTO BARROS, viúva do ex-Deputado Estadual SÍLVIO MAGALHÃES BARROS, falecido no dia 30 de janeiro de 1979, nos termos das Leis n.ºs 4763, de 05 de novembro de 1963 e 54, de 22 de novembro de 1963, com nova redação dada pelas Leis n.º 6468, de 18 de outubro de 1973 e 6911, de 02 de setembro de 1977, a pensão mensal no valor equivalente a três (03) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, a partir da data do óbito.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de março de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 263/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1901, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — conceder, nos termos do Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a EROS RUPPEL ABDALA, matrícula n.º 119, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1979, data e, que completou trinta e três (33) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%); e,

II — mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com a Lei n.º 7050, de 04 de dezembro de 1978, o tempo de três (03) anos e vinte e dois (22) dias.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de março de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMPÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 264/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1901, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o art. 140, inciso III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, EROS RUPPEL ABDALA, matrícula n.º 119, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de inatividade correspondentes ao Cargo em

Comissão de Diretor Geral, Símbolo DAS-2, (Lei nº 7.058, de 08 de janeiro de 1979), acrescido das vantagens previstas pelo Art. 4º, parágrafo único, da Resolução nº 2/64, de 20 de fevereiro de 1964; artigos 170, parágrafo único, e 171, §§ 1º e 2º, ambos da referida Lei nº 6174; Art. 1º da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974, e Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º SECRETÁRIO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1849, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – Mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ TAVARES CANTO FILHO, matrícula nº 101, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar;

II – mandar contar, para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei nº 7050, de 04 de dezembro de 1978, o tempo de três (03) anos e sete (07) dias;

III – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 171, da citada Lei nº 6174, a partir de 28 de janeiro de 1979, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1849, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ TAVARES CANTO FILHO, matrícula nº 101, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao Cargo em Comissão de Diretor do Departamento Legislativo, Símbolo DAS-4 (Lei nº 7098, de 08 de janeiro de 1979), acrescido das vantagens previstas nos Arts. 4º, § 1º, da Resolução nº 2/64; Art. 170, parágrafo único, e 171, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6174, supra citada; Art. 1º, da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974, e Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1473, de 19 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula nº 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 27 de novembro de 1978, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%) de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 309, de 09 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula nº 574, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 09 de outubro de 1974 e 09 de fevereiro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1974, contadas em dobro; e,

III – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei nº 6174, a partir de 09 de fevereiro de 1979, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 885, de 29 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário BOLIVAR CAMARGO DE BARROS, matrícula nº 115, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 05 de maio de 1977, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1326, de 13 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de SÉRGIO ANTÔNIO SOUTO, matrícula nº 087, ocupante do cargo de nível PL “28”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar; e,

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 27 de abril de 1972 e 27 de setembro de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio e das férias de 1971, 1972 (15 dias), 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1385, de 15 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, matrícula nº 355, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei nº 6174, a partir de 23 de janeiro de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1342, de 14 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de FABIANO SIQUEIRA CUNHA, matrícula nº 043, ocupante do cargo de nível PL “30”, da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 21 de dezembro de 1973 e 21 de fevereiro de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, e das férias de 1976 e 1977, contadas em dobro; e,

III – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei nº 6174, a partir

de 21 de agosto de 1978, data em que, em razão da incorporação retro, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1491, de 20 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EMÍLIA DE MIRANDA BECKER, matrícula nº 374, ocupante do cargo de nível PL “20”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1850, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ISAURA BRAVOS, matrícula nº 471, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1872, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NADIR DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº 540, ocupante do cargo de nível PL “21”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o n.º 1555, de 21 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula n.º 561, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar; e,

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 29 de novembro de 1974 e 29 de julho de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e das férias dos anos de 1974 e 1977 (supra) contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 277/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2222, de 13 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir ao funcionário MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula n.º 465, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 4-F, por estar o mesmo exercendo as funções de Operador de Computador, do Departamento de Finanças, em substituição ao ex-funcionário João Maria de Jesus Campos Araújo.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 278/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2014, de 03 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário ANTÔNIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA, matrícula n.º 143, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 11 de fevereiro de 1979, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 279/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1909, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário NELSON FERREIRA DE ARAÚJO FILHO,

matrícula n.º 251, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 19 de janeiro de 1979, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 280/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1560, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 43/79, de 31 de janeiro de 1979, na parte que se refere aos funcionários adidos a este Poder, OCTÁVIO GUERREIRO CASTELAN e EMÍLIO TELLES DE LIMA, que prorrogou a concessão da Função Gratificada 5-F, de Motorista de Gabinete, até 30 de abril de 1979.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 281/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1560, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 506/78, de 14 de setembro de 1978, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria, o funcionário JOÃO MARTINS SOBRINHO, matrícula n.º 382, ocupante do cargo de nível PL “18”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 522/78, de 28 de setembro de 1978, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, a funcionária SÍLVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula n.º 227, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 282/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1734, de 02 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 181/77, de 05 de abril de 1977, na parte que se refere à funcionária CLARICE SZATKOWSKI, matrícula n.º 468, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 4.ª Secretaria;

II – designar a funcionária acima mencionada para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes

es ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 283/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1585, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 313/77, de 10 de maio de 1977, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro Patrimonial e Tombamento, do Departamento Administrativo, o funcionário JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula n.º 518;

II – revogar a pedido, o Decreto Legislativo n.º 356/77, de 11 de maio de 1977, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro de Fornecedores, do Departamento Administrativo, o funcionário ZENO PACIORNIK, matrícula n.º 414;

III – revogar a pedido o Decreto Legislativo n.º 389/77, de 19 de maio de 1977, na parte que se refere à funcionária FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, matrícula n.º 198, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 284/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1585, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 437/77, de 1.º de junho de 1977, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete, do Departamento Administrativo, o funcionário ARMANDO SOICHI IWAIA, matrícula n.º 142, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II – revogar a pedido o Decreto Legislativo n.º 243/77, de 02 de maio de 1977, na parte que se refere ao funcionário JOSÉ CLÁUDIO LUZ, matrícula n.º 455, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Estatística, do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 285/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1585, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 312/77, de 10 de maio de 1977, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo, o funcionário REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, matrícula n.º 322, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II – revogar a pedido o Decreto Legislativo n.º 386/77, de 19 de maio de

1977, na parte que se refere ao funcionário JOSÉ CHECHELINSKI, matrícula n.º 393, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Conservação e Manutenção, do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 286/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1585, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a pedido o Decreto Legislativo n.º 389/79, de 19 de maio de 1977, na parte que se refere aos funcionários RUBENS DAMAS, matrícula n.º 371 e NELSON FERREIRA DE ARAÚJO FILHO, matrícula n.º 251, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, designados que foram para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, 7-F, do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 287/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1585, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para as funções que especifica, no Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 21 de fevereiro de 1979:

Chefe da Seção de Estatística - 4-F
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT – Mat. 322
Chefe da Seção de Cadastro de Fornecedores - 4-F
CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES – Mat. 594
Chefe da Divisão de Patrimônio - 2-F
AMADO ZONATTO – Mat. 348
Chefe da Seção de Cadastro Patrimonial e Tombamento - 4-F
RUBENS DAMAS - Mat. 371
Chefe da Seção de Conserção e Manutenção - 4-F
NELSON FERREIRA DE ARAÚJO FILHO – Mat. 251
Auxiliar de Serviços Gerais - 6-F
JOSÉ CHECHELINSKI – Mat. 393
Auxiliar de Portaria - 7-F
ARMANDO SOICHI IWAIA – Mat. 142
MARIA DOLORES TÚLIO BARVIK – Mat. 218
Auxiliar de Gabinete - 4-F
OSWALDO FARIA – Mat. 345
Motorista - 5-F
JOSÉ CLÁUDIO LUZ – Mat. 455.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 288/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1335, de 13 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula n.º 491, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, referente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 19 de julho de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 289/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2062, de 08 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária IGNEZ DE OLIVEIRA, matrícula n.º 246, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 11 de fevereiro de 1979, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 290/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1238, de 08 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de EDISON HEIBEL, matrícula n.º 242, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e,

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 20 de dezembro de 1972 e 20 de agosto de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias de 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 291/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1729, de 02 de março

de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 063/79, de 31 de janeiro de 1979, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Secretaria, o funcionário JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula n.º 524, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II – designar a funcionária VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n.º 228, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 292/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1729, de 02 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, o item II, do Decreto Legislativo n.º 552/78, de 31 de outubro de 1978, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1.ª Secretaria, o funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II – designar o funcionário, JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula n.º 524, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 15 de fevereiro de 1979.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 293/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1922, de 06 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 448/77, de 10 de junho de 1977, na parte que se refere à designação do funcionário RICARDO SABÓIA KHURY, matrícula n.º 107, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 294/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1730, de 02 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 043/79, de 31 de janeiro de 1979, na parte que se refere ao funcionário adido a este Poder, ALBARY PEDROSO, que atribui a função gratificada, símbolo 5-F, de

Motorista do Gabinete da 1.ª Secretaria, até 30 de abril de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSI – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 295/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1743, de 02 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 237/77, de 27 de abril de 1977, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, o funcionário ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II – designar à funcionária NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula n.º 595, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSI – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 296/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 709, de 23 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

I – conceder a MANOEL PINHEIRO CANGUSSU, matrícula n.º 571, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de

Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 02 de dezembro de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, não se computando neste cálculo as férias de 1978, contadas em dobro, e que já percebe a mesmo título vinte por cento (20%), totalizando vinte e cinco por cento (25%);

II – mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei n.º 7.050, de 04 de dezembro de 1978, o tempo de três (03) anos, cinco (05) meses e sete (07) dias.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSI – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 297/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 709/79, de 23 de janeiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E :

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, incisos I e III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, por somar mais de trinta e cinco (35) anos de serviço público, MANOEL PINHEIRO CANGUSSU, matrícula n.º 571, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao seu cargo, acrescido das vantagens previstas no Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, Arts. 170, parágrafo único e 171, §§ 1.º e 2.º e Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de março de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSI – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário